CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

GIRO



Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

Mudanças em regimento interno da Assembleia ficam para 2020, diz Lissauer

As mudanças no regimento interno da Assembleia Legislativa devem ficar para o ano que vem. É o que diz o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB). Discutida desde o início de 2019, a modificação era esperada para este ano e, inclusive, foi criada uma comissão para apresentar propostas, que deveriam focar principalmente na tramitação de projetos na Casa e mexer na forma e na composição de comissões. Porém, dada a falta de consenso, mesmo entre os quatro deputados que compõem o grupo que analisa as possíveis mudanças, a questão acabou adiada. Além disso, aponta Henrique Arantes (PTB), havia acordo para que o assunto voltasse à pauta apenas após a eleição da mesa diretora, ocorrida na semana passada. Ele afirma que pretende conversar para que o tema seja novamente discutido a partir de hoje.

R$ 24 milhões

A Secretaria estadual de Saúde homologou, via portaria, transferência de R$ 2 milhões mensais, por um ano, do fundo estadual ao fundo municipal de saúde de Goiânia com fins à Santa Casa de Misericórdia. A entidade apresentou plano de trabalho em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde da capital para despesas fixas e variáveis da entidade.

O POPULAR (12/11)

ECONOMIA

Redução de ICMS atrai mais 17 voos

TRANSPORTE Incentivo fiscal em São Paulo impacta em mais viagens para Goiânia e Caldas Novas a partir de destinos paulistas, diz Abear

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

O governo de São Paulo reduziu a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre o querosene de aviação (QAV) em julho deste ano. Ela passou de 25% para 12%. Entre os resultados desse incentivo fiscal estão 17 novos voos semanais já adicionados, até setembro, para ligar o Estado a Goiás, informa a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).

São 16 para Goiânia e um para Caldas Novas, no Sul goiano, já confirmados. "As companhias nos informaram inicialmente o compromisso de adicionar 491 voos partindo de São Paulo", explica o presidente da Abear, Eduardo Sanovicz, sobre os que já estão em operação no País – espalhados em 32 aeroportos de 16 Estados. Além desses, a associação pontua que mais 157 voos foram anunciados e devem entrar em operação entre novembro e dezembro.

Assim, ao todo, a redução do ICMS do combustível dos aviões em São Paulo pode ter impactado em 648 novos voos. No caso de Goiás, fazem parte do acordo de ampliação de viagens as companhias aéreas Azul, Gol, Latam e VoePass, que é a antiga Passaredo. Voos prometidos para Goiás já estão disponíveis e podem aumentar até o fim do ano.

Mas o reflexo do incentivo, que foi publicado no *Diário Oficial* do Estado de São Paulo em julho, pode ter chegado aos goianos até mesmo antes da formalização conforme o discurso das aéreas. É que, segundo a Azul, o acordo promovido com o governo paulista possibilitou que em fevereiro a aérea já pudesse acrescentar uma nova rota diária em sua malha para ligar o Aeroporto Internacional de Guarulhos ao Santa Genoveva.

A Latam foi a que mais ampliou voos. Soma 16 a mais. Passou de 12 para 28 frequências semanais entre Guarulhos e Goiânia. A empresa informou que "está sempre atenta às necessidade dos clientes e às oportunidades de mercado". "Neste sentido, iniciativas como a redução do ICMS sobre o combustível de aviação são extremamente necessárias para viabilizar novas operações", afirmou em nota.

> *"Querosene de aviação é o principal item de custo da aviação brasileira, responsável por um terço do que se paga pelo bilhete"*
>
> **Eduardo Sanovicz, presidente da Abear**

REDUÇÃO DE CUSTO

"Querosene de aviação é o principal item de custo da aviação brasileira, responsável por um terço do que se paga pelo bilhete", defende Eduardo Sanovicz, da Abear. O peso no Brasil é maior do que a média mundial e o principal fator para isso é o tributo regional. "O ICMS é um dos principais vilões da diferença de custo do bilhete no Brasil e no mundo. Por isso, um voo para o Nordeste pode sair mais caro do que para a Argentina."

Em Goiás, com o processo de internacionalização do Aeroporto Santa Genoveva, o governo goiano estuda também dar incentivo fiscal. Só que a redução da alíquota do ICMS seria ainda mais agressiva, de 15% para 3%. O que pode impactar em maior volume de voos domésticos a partir de Goiânia.

Não entram os internacionais, porque por acordo internacional não é cobrado imposto local nessas operações. O presidente da Abear, pontua que o ganho para a capital goiana seria em aumentar o fluxo local, importante para tornar viáveis as operações internacionais. "Não basta chamar de internacional e abrir posto da Receita."

A resposta de um incentivo fiscal, conforme ele, é também proporcional ao volume de recursos que essa economia gerar no aeroporto e cada um possui um peso diferente e que está vinculado às atividades locais.

"Rio Grande do Sul, Paraná, Brasília, Pernambuco e Ceará também já reduziram o ICMS e tiveram resultados." Outros incentivos são pontuados como importantes para essa ampliação de fluxo, entre eles a promoção turística, atração de investimentos e negócios.

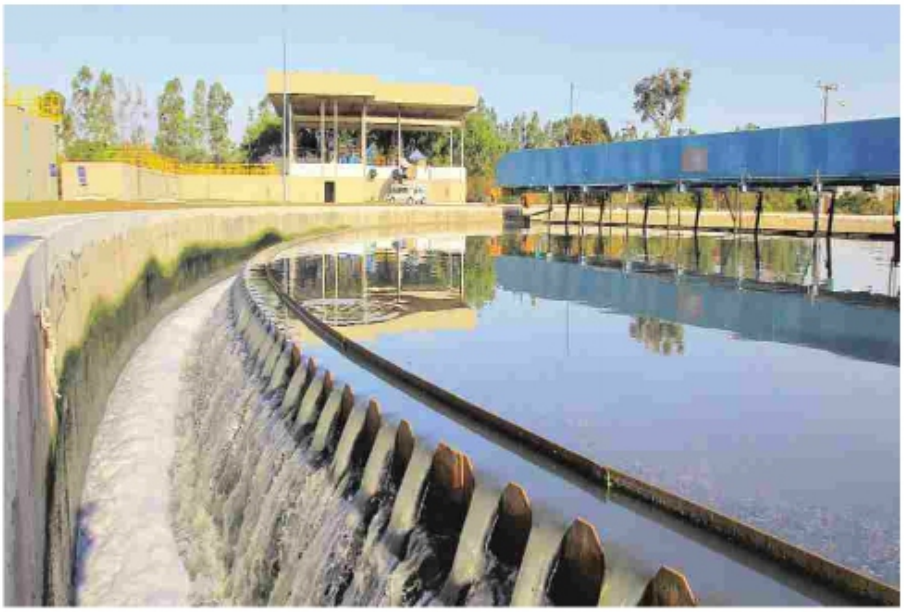
O POPULAR (12/11)

Taxa de esgoto é suspensa pela Justiça

SANEAGO Valor pago por efluentes corresponde a 20% da tarifa. Decisão acata parcialmente ação do MP-GO, até que seja comprovada a implementação e funcionamento da central de tratamento

Jéssica Torres
jessica.torres@opopular.com

Cristina Cabral – 9.8.13



ETE Dr. Hélio Seixo de Brito: só deve ser cobrada a tarifa na proporção do esgoto efetivamente tratado

A Justiça de Goiás determinou ontem a suspensão da cobrança da taxa de tratamento de esgoto em Goiânia, que corresponde a 20% da tarifa. A Saneago deve então excluir o valor das faturas até que seja comprovada a implementação e funcionamento regular do esgoto na central de tratamento. A decisão acata parcialmente a solicitação do Ministério Público de Goiás (MP-GO) que propôs ação civil pública em junho do ano passado.

A companhia foi condenada ainda a pagar indenização por danos materiais causados aos consumidores goianienses, pela cobrança indevida desde junho de 2013 e pagamento de R$ 500 mil por danos morais coletivos. Foi determinado ainda que a empresa inclua nas próximas três faturas mensais informações sobre a atual situação do tratamento de esgoto da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) Dr. Hélio Seixo de Brito e terá que descrever a maneira como funciona a tarifa.

As duas indenizações, conforme a decisão judicial, devem ser depositadas no Fundo Municipal do Consumidor com as devidas correções pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor. A determinação é do juiz Romério do Carmo Monteiro, da 27ª Vara Cível da capital.

Segundo o magistrado, a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) distingue o tratamento de esgoto do recolhimento e afastamento. O juiz afirma ainda que, considerando o que a regulamentação estadual dispõe, somente será cobrada a tarifa na proporção do esgoto efetivamente tratado. "Evidentes a cobrança indevida e o dano causado", afirmou na decisão, reiterando que a Saneago terá de reembolsar os consumidores e interromper a incidência da tarifa ilegal.

A Saneago, no entanto informou em nota que faz o tratamento devido do esgoto, sendo de acordo com a empresa, "restauradora do Rio Meia Ponte e não causadora de dano ambiental". Por essa razão, notificada, a companhia recorreu à determinação do juiz e diz que aguarda agora a decisão para adoção de demais providências.

Assinada pela promotora de Justiça Maria Cristina de Miranda, a ação civil pública solicitava ainda da empresa o reembolso das tarifas para os consumidores em dobro, o que não foi acatado pelo juiz. "Não pretendemos recorrer a essa questão, porque o principal objetivo foi alcançado, que é o reconhecimento da ineficiência do serviço prestado pela companhia, então é uma vitória já para o consumidor", destaca. No total, cerca de 80% dos goianienses serão contemplados com a mudança.

PERÍCIA

Para ela, um dos pontos fundamentais para o resultado, foi a entrega de dados feitos por uma perícia da Polícia Técnico-Científica estadual e mostrados na ação. Foi constatado que a cada segundo, 1,6 mil litros do efluente que sai da ETE Dr. Hélio Seixo de Brito volta ao Rio Meia Ponte na região da Avenida Perimetral Norte, em Goiânia. O problema é que esse é um efluente com tratamento considerado incompleto, em que é realizada apenas a etapa primária.

Isso significa que, em média, apenas 50% da matéria orgânica que sai da casa dos goianienses é removida antes do despejo no leito do rio. O volume de água poluída que chega ao Meia Ponte equivale a mais de 55 piscinas olímpicas. No documento constam como consequências a exposição da população a riscos biológicos, odores e mal-estar.

> *"O principal objetivo foi alcançado, que é o reconhecimento da ineficiência do serviço prestado pela companhia"*
>
> **Maria Cristina de Miranda, promotora**

No laudo, de acordo com reportagem do POPULAR, de 13 de junho do ano anterior, foi informado ainda que a quantidade de matéria sólida removida era de apenas 38,65%. No entanto, a Saneago contestou o documento no curso do processo e informou na época que, em média, a remoção chega aos 50% e que, no mesmo dia da coleta dos peritos estaduais, a medição da própria companhia mostrou 57% de remoção de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e 55% de Demanda Química de Oxigênio (DQO), que medem a quantidade de matéria orgânica. A Saneago aponta que o valor está acima do exigido por normas, de 50%.

Para o MP-GO, no entanto, citando a resolução 430/2011 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o padrão mínimo aceitável para o lançamento de efluentes é com remoção de 60% de DBO. A promotora reforçou que o índice é ainda menor do que o adotado em legislação estadual, que exige a retirada de 80% dos poluentes antes voltar aos leitos dos rios.

Programa propõe descontos de até 98%

Em meio ao questionamento na Justiça da taxa de esgoto, a Saneago lançou o Programa Sanear, oferecendo condições especiais para negociação para pagar com descontos de até 98% nas multas. A maior parte da dívida de usuários, que soma R$ 176 milhões, ocorre justamente com os clientes particulares que só utilizam o serviço de esgoto, segundo o gerente de arrecadação da companhia, Afrânio Ferreira Neto.

Qualquer cliente que esteja devendo pode participar. "Teremos descontos sobre juros, multas e atualização monetária nas dívidas faturadas até abril deste ano. Para pagamento à vista, o desconto chega a 98%, independente do valor. No caso de parcelamento, é progressivo, indo de 50% a 70%, de acordo com o número de parcelas. Quanto menos parcelas, maior o desconto."

No caso de água, avalia o gerente, a dívida é menor por causa dos cortes. "Há também dívidas de prefeituras e do governo estadual, da gestão anterior. Já iniciamos tratativas com os órgãos para negociar estes pagamentos, mas ainda não tivemos retorno. Não podemos fazer cortes de órgãos ligados à Saúde, Educação e distribuidores de combustíveis para não prejudicar a população", explica.

Quem quiser negociar deve procurar as agências de atendimento presencial da Saneago ou as unidades do Vapt Vupt até 29 de dezembro. "Também tivemos redução na entrada de 20% para 10% e o número de parcelas foi ampliado de 36 para 60 meses. Os juros de correção durante o parcelamento foram reduzidos de 1% para 0,5%", diz.

A negociação à vista pode ser feita pelo proprietário do imóvel ou por terceiro, com apresentação de carteira de identidade, CPF e telefone de contato. O acordo parcelado poderá ser feito pelo proprietário, portando documentos pessoais e telefone, além de documento que comprove legalmente a propriedade, como escritura, recibo, contrato de compra e termo de posse. Caso não seja o proprietário do imóvel, é preciso uma procuração para a negociação.

Para mais informações, basta entrar em contato com a Central de Relacionamento da Companhia, pelo número 0800 645 0115. (Colaborou Lúcia Monteiro)

DIÁRIO DA MANHÃ (12/11)

Promulgação de reforma abre caminho para aprovação da nova previdência goiana

Deputados dizem que reforma da previdência é fundamental para aumentar a probabilidade do servidor goiano se aposentar e receber; com validação da PEC no Congresso parlamentares goianos iniciam debates no Legislativo

WELLITON CARLOS

O Congresso Nacional promulgará a PEC 6/ 19 – a reforma da previdência social – nesta terça-feira, 12. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), realiza sessão solene para dar legalidade à Emenda Constitucional que traz mudanças significativas nas regras da Previdência.

A norma foi aprovada pelo Senado em outubro. Conforme Davi destacou ainda durante a aprovação, o entendimento proposto pela reforma é o caminho para fazer as mudanças que o país precisa.

O governador Ronaldo Caiado (DEM) já encaminhou para a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) projeto que muda a previdência do Estado – proporcionalmente em situação pior do que a previdência do país.

O maior problema de Goiás é o gasto com o déficit previdenciário. Ele é maior do que se aplica em saúde, educação e segurança pública. Representa, na ponta do lápis, 70% do custeio com educação e saúde e segurança.

Pelas contas do governo, em 2019, Goiás gastará mais com previdência do que com saúde e educação. Per capita, o goiano gasta R$ 316 com saúde, R$ 658, 3 com educação e R$ 670, 6 com previdência. Detalhe: o gasto com previdência atende apenas o servidor de carreira. Ao contrário da reforma federal, que abrange o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em Goiás a reforma só atinge servidores de carreira.

Dentro da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) os debates já se intensificam: a grande maioria dos parlamentares deve seguir a reforma da previdência federal e também mudar as regras em Goiás, tendo em vista o equilíbrio atuarial do sistema.

O deputado estadual Bruno Peixoto, também líder do governo, chama atenção para a necessidade da reforma. Ele tem dito que a reforma é urgente. "Nós temos que, imediatamente, coibir o crescimento do déficit, a ponto de, num futuro não tão longe, o servidor não ter o salário garantido, muito menos os da inatividade".

Segundo Bruno, o déficit em relação à Previdência Social dos servidores públicos é superior a R$ 3 bilhões. "É uma cifra extremamente considerável para um orçamento previsto de R$ 25 bilhões".

Os parlamentares que defendem a reforma alegam que a gestão anterior não fez o dever de casa. Ou seja, deixaram o rombo saltar para quase R$ 3 bi. Em cinco anos, deve chegar a R$ 5,1 bilhões.

O governo espera ao menos reduzir o rombo – e, claro, estancar o crescimento do déficit. A reforma tem a expectativa de reduzir o rombo para R$ 4,2 bilhões e economizar R$ 8,1 bilhões em dez anos no orçamento.

Nos últimos 12 meses, os goianos gastaram quase R$ 6 bilhões (R$ 5,8 bi exatos) com inativos e pensionistas – que já se encontra em maior número do que ativos.

Um dos defensores da mudança é o deputado estadual Lissauer Vieira (PSB), presidente da Alego, que esteve em Brasília para apoiar a reforma federal e propor que a lei também contemple estados.

Apesar de ser favorável, Lissauer garante a tramitação livre da reforma na casa de leis. Ele afirma que apesar de ser óbvia a necessidade de reforma, existem deputados que são contra. "Todos terão oportunidade de apresentar suas emendas".

Os deputados contrários enfrentam um histórico de apoio às mudanças propostas pelo ex-governador Marconi Perillo, que não surtiram nenhum efeito.

O tucano aumentou três vezes a alíquota dos servidores, mas o rombo aumentou em seus mandatos consecutivos. Os tucanos – que devem tentar dificultar a aprovação da reforma da previdência em Goiás, apesar de ser automática sua conversão, já que existe amplo cenário favorável – também aprovaram as alíquotas majoradas propostas por Marconi.

O ex-gestor tucano é responsável pela Lei Complementar nº 29/2000, que aumentou para 11% e depois a LC nº 100/2012, que estipulou a alíquota de 13,25%. Sob o argumento de que conteria o rombo, a LC nº 126/2016 estabeleceu a alíquota de 14,25%.

Alguns dos deputados marconistas que aprovaram a reforma na gestão de Marconi – caso dos tucanos Talles Barreto, Lêda Borges e Gustavo Sebba – terão que apresentar argumentos sólidos para refutarem a defesa de ampla e irrestrita reforma previdenciária em Goiás.



Lissauer Vieira (PSB)



Bruno Peixoto (MDB)

Goiano já nasce devendo R$ 670 ao ano para pensão

Conforme o economista Paulo Tafner, o Governo de Goiás tornou-se uma imensa "folha de pagamento". Resumo da ópera: de tudo que arrecada, sobra pouco ou quase nada para investir em obras.

Ao nascer, o goiano comum já deve R$ 670, 6 para a previdência, já que o que se arrecada com os servidores é incapaz de pagar todos os gastos com a aposentadoria.

Conforme Ronaldo Caiado, a reforma da previdência é fundamental para aumentar a probabilidade do servidor ativo se aposentar e receber a sua aposentadoria sem sobressaltos. Sem ajuste pode ser que ocorras atrasos e inadimplementos no futuro.

ENTENDA AS REGRAS DE TRANSIÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NACIONAL

A promulgação, hoje, pelo Congresso Nacional, da emenda à Constituição que reformou a Previdência exigirá atenção do trabalhador, principalmente do que estiver próximo de se aposentar. A proposta aprovada pelo Congresso prevê seis regras de transição que abrandam a idade mínima de aposentadoria e o tempo de contribuição em alguns casos.

Ao todo, são quatro regras para os trabalhadores da iniciativa privada e das estatais, inscritos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), uma regra para os servidores públicos federais e uma regra para as duas categorias. Profissões como professores e agentes de segurança da União terão idades mínimas diferenciadas em algumas regras.

Quem cumpriu os requisitos para se aposentar pelas regras atuais, mas ainda não se aposentou, não precisa se preocupar. Esses trabalhadores estão preservados pelo direito adquirido e não serão afetados pela reforma da Previdência. Nesses casos, o segurado mantém o direito a aposentar-se pelos critérios presentes, mesmo depois da promulgação da emenda.

Cada trabalhador tem uma situação única. Mestre em direito constitucional, Rodrigo Mello, professor de direito no Centro Universitário de Brasília (Uniceub), explica que cada caso é um caso, e uma regra mais vantajosa para um segurado pode não ser a mais apropriada para outro. Ele recomenda cautela e análise de vários cenários antes de optar pela melhor regra de transição.

Segundo o professor, o trabalhador precisa simular o quanto vai receber de aposentadoria tanto na regra geral como nas regras de transição. Se o segurado tiver conquistado o direito adquirido, precisará também comparar com a regra geral atual e as regras de transição atuais (se estiver enquadrado em alguma). Dependendo do caso, pode ser mais vantajoso para o segurado trabalhar um pouco mais e garantir um benefício maior.

Confira como ficaram as regras de transição

REGRA GERAL

Pela reforma de Previdência, os trabalhadores urbanos se aposentarão apenas a partir dos 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. As mulheres terão 15 anos mínimos de contribuição. Os homens que já contribuem para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também terão 15 anos de contribuição, mas os que ainda não entraram no mercado de trabalho terão de contribuir por pelo menos 20 anos para conquistar a aposentadoria.

SISTEMA DE PONTUAÇÃO

Numa extensão da regra 86/96, a soma do tempo de contribuição e da idade passa a ser a regra de acesso. Homens com pelo menos 35 anos de contribuição e mulheres com pelo menos 30 anos de contribuição poderão se aposentar respectivamente a partir dos 61 anos (homens) e 56 anos (mulheres) em 2019, por terem conquistado 86 pontos (mulheres) e 96 pontos (homens).

A pontuação mínima sobe para 87/97 em 2020, 88/98 em 2021 e um ponto para homens e mulheres a cada ano até atingir 105 pontos para os homens em 2028 e 100 pontos para as mulheres em 2033. As trabalhadoras terão transição mais suave que os homens.

Professores: terão redução de cinco pontos. A soma do tempo de contribuição e da a idade se inicia, em 2019, com 81 pontos para mulheres e 91 pontos para homens, até chegar a 95 pontos para as professoras em 2033 e 100 pontos para os professores em 2028. O bônus, no entanto, só valerá para quem comprovar ter trabalhado exclusivamente nas funções de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio.

REDUÇÃO DA IDADE MÍNIMA

Favorece quem contribuiu por muitos anos, mas ainda não alcançou a idade mínima. Homens com pelo menos 35 anos de contribuição e mulheres com pelo menos 30 anos de contribuição poderão aposentar-se aos e 61 anos (homens) e 56 anos (mulheres) em 2019. A idade mínima sobe seis meses a cada ano até atingir 62 anos (mulheres) em 2031 e 65 anos (homens) em 2027.

Professores: começarão com redução de cinco anos. A idade mínima começa em 2019, com 51 anos para mulheres e 56 anos para homens, aumentando seis meses por ano, até chegar a 60 anos para os dois sexos. O bônus, no entanto, só valerá para quem comprovar ter trabalhado exclusivamente nas funções de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio.

DIÁRIO DA MANHÃ (12/11)



Fio Direto

SUELY ARANTES

Goiano no CNPTC

Ontem, durante a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), que acontece em Foz do Iguaçu, o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM), Joaquim de Castro, foi aclamado presidente da entidade.

Antecessor

O goiano substitui a Edsilson Souza Silva, que deixa a presidência do CNPTC porque seu mandato à frente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia está vencendo e ele não retornará ao cargo. Joaquim de Castro tomará posse no dia 1º de janeiro para o biênio 2020/2022, com direito à recondução.

O HOJE (12/11)

Aumentam transplantes de rins

Nos últimos três meses, 81 pessoas receberam um novo rim no Estado em Goiás

Daniell Alves



A professora aposentada Luzia Maria Preda, 63 anos, conta que esperou nove dias na fila para realizar o procedimento

O transplante de rins em Goiás aumentou em torno de 121% no último mês. No total, 31 pessoas receberam o transplante. Os dados são da Secretaria da Saúde de Goiás (SES-GO) e equivale à média de um transplante por dia. Em comparação ao ano passado, o número é maior, que registrou apenas 14 transplantes do órgão no mesmo período.

Somando agosto, setembro e outubro deste ano, 81 pessoas receberam um novo rim. Se comparado com o ano passado, em que o Estado realizou 39 transplantes no somatório dos três meses, 2019 teve um crescimento de 107% no número de transplantados neste último trimestre.

Para a gerente da CNCDO, Katiúscia Christiane Freitas, os dados são positivos e já são reflexos dos investimentos que o governo estadual tem realizado na saúde. "Esse crescimento é resultado do incentivo que o Estado tem realizado em todas as instituições, promovendo campanhas de conscientização e investimentos em saúde. Este ano já realizamos 67 campanhas e capacitações sobre o processo de doação de órgãos e transplantes, sensibilizando pelo menos quatro mil pessoas diretamente", destaca.

De janeiro a outubro, o Estado promoveu ações diversas em diferentes locais para conscientizar a população sobre a importância de ser um doador de órgãos. Palestras e cursos de formação e atualização realizados em ruas, praças, shoppings, escolas, universidades, estádio de futebol, hospitais e outras instituições públicas e privadas.

Menos tempo na fila

Os dados revelam ainda a redução significativa do tempo na fila pelo órgão, quase 50% em relação aos anos anteriores; 68% dos transplantes renais de 2019 foram realizados com receptores com menos de 12 meses de inscrição no Cadastro Técnico Único do Sistema Nacional de Transplantes. Desses, 47% esperaram menos de seis meses.

A professora aposentada Luzia Maria Preda, 63 anos, ficou poucos dias na fila. Ela esperou apenas nove dias para ser chamada e realizar o procedimento. Luzia se preparava para dormir quando recebeu uma ligação que mudaria toda a sua vida: era a Central de Transplantes informando sobre o aparecimento de um rim compatível. Mais do que depressa Luzia e a filha Cecília Preda, 29, se deslocaram para o Hospital Geral de Goiânia (HGG) para submeter à internação para os procedimentos de transplante.

"Na hora, nem ela nem eu acreditamos. Foi tudo muito rápido e tem aquela história de achar que demora demais, que nunca vai chegar a nossa vez, mas foi totalmente diferente", conta sobre o chamado rápido para a cirurgia de transplante. O sentimento foi inexplicável, uma alegria que nunca imaginei sentir. Ainda hoje estou meio nas nuvens, sem acreditar que isso realmente aconteceu", enfatiza Cecília.

Luzia fazia hemodiálise há 18 meses. "Assim quando minha mãe soube que os rins já não funcionavam mais, ela foi informada da possibilidade do transplante. A primeira opção era eu ser doadora. Ficamos esse um ano fazendo todos os exames, e ela terminou antes de mim. Então, o médico informou que minha mãe já entraria na fila porque poderia acontecer de ela conseguir um rim antes que eu estivesse com tudo finalizado para doar. E assim aconteceu, em apenas nove dias a Central ligou para ela", conta.

Números

O rim é o órgão mais transplantado em Goiás. De janeiro a outubro deste ano foram realizados um total 737 transplantes no Estado, sendo 465 de córneas, 174 transplantes renais, 51 de esclera, 13 de tecido músculo-esquelético, 59 de medula óssea e seis de fígado. Em Goiás o Hospital Geral de Goiânia (HGG) é responsável por 75% dos transplantes de rins e está entre os dez hospitais que mais transplantam o órgão no país.

De acordo com o Ministério da Saúde (MS), o transplante é única modalidade terapêutica que exige sempre a participação da sociedade. A doação é uma forma de seguro social, já que todos nós corremos o risco de virmos a necessitar de um órgão para nós mesmos ou para alguém da nossa família.

A legislação vigente no Brasil determina que a doação de órgãos ou tecidos da pessoa falecida somente ocorra sob a autorização legal do cônjuge, companheiro ou parentes maiores de idade, até segundo grau - pais, filhos, irmãos avós e netos. A Constituição Federal e a Lei dos Transplantes proíbem qualquer tipo de comercialização de órgãos e tecidos. A doação precisa ser altruísta, ou seja, a única recompensa é fazer o bem. **(Daniell Alves** *é estagiário do Jornal O Hoje sob orientação do editor interino de Cidades* **Rafael Melo)**

Acórdão

UEG divulga cronograma de quase 1.500 exonerações de servidores irregulares

novembro 11, 2019 3:17 ··· Por Luiz Phillipe Araújo ···

Universidade afirma que atividades não serão afetadas e prevê divulgação de edital para docentes, além de convocação de reserva de técnicos



Campus Henrique Santillo, UEG em Anápolis | Foto: Reprodução

Atendendo à determinação judicial, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) divulgou nesta segunda-feira, 11, as datas oficiais de desligamento de funcionários irregulares da Instituição. A ação irá exonerar total de 1.469 servidores, sendo 705 docentes e 764 técnicos administrativos. Conforme divulgado, os desligamentos irão ocorrer em duas datas: 30 de novembro e 15 de dezembro.

A medida faz parte de um acórdão firmado em março deste ano, atendendo à ação civil pública proposta em 2012. Segundo o reitor da UEG, Rafael Borges, um edital de processo simplificado será lançado já no próximo mês para repor o quadro de professores. Quanto aos técnicos-administrativos, a reserva técnica do último concurso de servidores efetivos será utilizada.

No dia 30 haverá o desligamento dos servidores da limpeza e técnico-administrativos. Segundo a nota da universidade, o serviço de limpeza não será prejudicado, haja vista a contratação de empresa terceirizada. "Para o treinamento dos novos servidores e para a continuidade dos serviços vitais para a UEG, cerca de 50 servidores técnico-administrativos permanecerão trabalhando por ora", detalha a instituição.

Em 15 de dezembro serão exonerados os docentes com contratos irregulares.

A REDAÇÃO (11/11)

GOIÂNIA

Celg GT retoma direitos do antigo Clube da Celg da 90

Imóvel será leiloado

| 11.11.19 - 16:27

Tweetar Share 0



A Redação

Goiânia – As diretorias da Celg Geração e Transmissão (Celg GT) e da Enel Goiás divulgaram nesta segunda-feira (11/11) que a detentora do direito do antigo Clube Recreativo dos Empregados da Celg passa a ser da Celg GT, empresa de economia mista goiana. O imóvel está localizado na quadra F44, no Setor Sul, em Goiânia. Ele é popularmente conhecido como antigo Clube da Celg da 90. O imóvel já se encontra com pedido de averbação no Cartório de Registro de Imóveis para posterior registro na matrícula e substituição do titular do crédito.

O terreno havia sido vendido pela então Celg Distribuição (hoje a empresa privada Enel Goiás), por meio de concorrência pública em 2004 para a Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura (ASOEC), com valor original de R$ 10 milhões. O contrato chegou a ter três aditivos, sendo o último em 2007, quando a dívida já devia estar quitada, mas que se registrava o cumprimento financeiro de apenas 13% do total previamente acordado, portanto, com 87% de inadimplência pelo promitente comprador.

A dívida, hoje, com juros, multas contratuais e correção monetária chega a R$ 40 milhões de reais. A ASOEC, já foi formalmente notificada em sua sede administrativa na cidade do Rio de Janeiro de que a nova detentora do direito é a Celg GT.

O antigo Clube da 90 tem 45 mil metros quadrados em uma área nobre da cidade onde se encontra um campo de futebol, um campo de futebol society, um ginásio poliesportivo coberto, duas quadras de tênis, espaço onde funcionavam piscinas (já desativadas), edificação em alvenaria que já deu lugar a uma cantina e instalações recreativas, além de banheiros e vestiários adequados ao padrão de um clube.

No ajuste com Enel Goiás, a Celg GT pagou o valor contábil do crédito registrado quando da venda da Celg D, conforme previsão em acordo de gestão, num valor total de R$ 7,2 milhões, retomando assim o direito sobre a área e suas edificações.

Segundo a Celg GT, após todos os desembaraços jurídicos e cartoriais, o imóvel será leiloado. O dinheiro arrecadado em leilão será revertido em prol da geração e transmissão de energia, rentabilizando ainda mais a companhia.